



TEMA 3: Arquivos educacionais públicos e privados

PROPOSTA DE PESQUISA SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVO ESCOLAR: estudo de caso em arquivo escolar de escola estadual em João Pessoa/PB¹

Julianne Teixeira e Silva*
Marcelo Ribeiro Marinho**

Resumo: Os tipos documentais de um arquivo escolar registram informações do fazer e pensar pedagógico, bem como o fazer administrativo, assim, entende-se que as informações arquivísticas geradas numa escola são bastante específicas a esse universo docente, discente, didático-pedagógico e administrativo. Nessa perspectiva, apresenta proposta de pesquisa em andamento para trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. Procura investigar o arquivo escolar sob a abordagem do acesso à informação arquivística. O estudo de caso realiza-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor João José da Costa em João Pessoa/PB e encontra-se na fase da coleta de dados. Espera-se que os resultados possam se constituir numa ferramenta importante para a pesquisa e tomadas de decisões, seja no âmbito da comunidade escolar, do município ou do Estado.

Palavras-chave: Arquivo escolar. Informação arquivística. Acesso à informação

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar proposta de pesquisa em andamento para trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba que procura investigar o arquivo escolar sob a abordagem do acesso à informação arquivística.

As definições do termo “arquivo” o apontam como um conjunto de documentos produzidos pelas atividades administrativas de uma pessoa, entidade ou família, possuidores de valores probatórios, legais, administrativos e, conseqüentemente histórico-sociais.

Colmán (2008) afirma que o arquivo escolar, figura-se como aquele que é responsável pela documentação inerente a todo processo educacional da sociedade. Os documentos acumulados pelas atividades desenvolvidas pela escola constituem arquivos e são de suma importância para que os cidadãos envolvidos no meio escolar possam garantir seus direitos e exercer plenamente a cidadania. A lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Lei de Arquivos estabelece, em seu artigo primeiro, que:

¹ Originado de proposta Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia

* Professora do Curso de Arquivologia/UFPB. Mestre em Ciência da Informação/UFGM. E-mail: julianne.teixeira@gmail.com

** Graduando em Biblioteconomia/UFPB. E-mail: marceloribeiromarinho@hotmail.com



É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial à documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (BRASIL, 1991) .

Os tipos documentais de um arquivo escolar registram informações do fazer e pensar pedagógico, bem como o fazer administrativo. Assim, entende-se que as informações arquivísticas geradas numa escola são específicas a esse universo docente, discente, didático-pedagógico e administrativo. Essas informações podem se constituir numa ferramenta importante para a pesquisa e tomadas de decisões, seja no âmbito da comunidade escolar, do município ou do Estado. O direito ao acesso às informações dos arquivos escolares é um caminho à luta pela organização destes arquivos e segundo Medeiros (2004) passou a ser tarefa fundamental para viabilizar a História da Educação, pois, não se trata do acesso “permitido” a um ou a alguns pesquisadores, mas o acesso garantido à comunidade, de forma adequada.

Na perspectiva da arquivologia, o usuário é um indivíduo que busca a informação e, segundo Jardim e Fonseca (2004), a comunicação arquivo-usuário só se manifesta quando este último, por alguma razão, provoca esse processo. Os serviços de atendimento ao usuário nos arquivos têm uma tendência passiva e reativa, ou seja, só é ativado quando o usuário/pesquisador se manifesta.

O estudo de caso proposto está sendo realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor João José da Costa em João Pessoa/PB e encontra-se na fase da coleta de dados.

2 OBJETIVOS

O principal objetivo da pesquisa é verificar como se dá a disponibilização e acesso às informações arquivísticas de um arquivo escolar. De modo específico serão levantadas as tipologias documentais, a verificação se os métodos de organização são baseados nos princípios arquivísticos e se existe um responsável pelo arquivo e qual o seu perfil profissional.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa acadêmica visa ampliar e desenvolver estudos sobre arquivos escolares. Para tanto, será estudado o arquivo pertencente à Escola Estadual de Ensino fundamental Professor João Jose da Costa na cidade de João Pessoa/PB, tendo como interesse particular conhecer mais sobre a área da arquivologia que ainda é pouco explorada no Brasil. Interesse este despertado a partir de uma visita realizada ao arquivo desta escola e verificar a existência de um ambiente denominado “Arquivo”.

Foram feitas quatro visitas ao arquivo em que entrevistas não-estruturadas com a pessoa responsável pelo arquivo possibilitaram levantar uma série de dificuldades e ações em prol da melhoria do espaço. Paralelamente às visitas foi feito o levantamento e as leituras do referencial teórico para subsidiar a pesquisa. No momento está sendo



elaborada uma entrevista semi-estruturada para verificar questões e situações ligadas ao acesso às informações arquivísticas: quem são os usuários, o que buscam, com que frequência, entre outras indagações.

O problema de pesquisa gira em torno da dúvida sobre até que ponto os métodos utilizados para o arquivamento dos documentos escolares, sem seguir os princípios e recomendações da arquivística, viabilizam a acessibilidade da informação ao usuário?

4 RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema proposto poderá revelar além da tipologia documental, os perfis dos usuários de informação de arquivos escolares, bem como se suas demandas e necessidades são atendidas e com que prazo. Acredita-se que outras situações poderão ser reveladas diante de um universo pouco explorado o qual a literatura arquivística brasileira é escassa e que carece de voz e espaço. Assim, trabalhar com a temática dos arquivos escolares é surpreendentemente gratificante, visto que é parte do papel social do profissional da informação viabilizar e difundir discussões para que informações que promovam a cidadania sejam organizadas e democratizadas no intuito de que o maior número de cidadãos tenha acesso à informação e não sejam privados dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Lei de Arquivos. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 1991. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 06 set. 2010.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero**: revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004.

COLMAN, Rosilene S. Lage. **Gestão documental nos arquivos escolares**: estudo de caso nas escolas públicas Pirajá da Silva, Colégio Estadual da Bahia e CEFET. Monografia apresentada ao curso de graduação em Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. A escola e o arquivo escolar: discutindo possibilidades de interlocução entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. **Cadernos de Educação** FaE/PPGE/UFPel. Pelotas, v.31, p.71-84, jul./dez., 2008.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. **Revista HistedBR**, Campinas, n.14, jun.2004. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_096.html>. Acesso em: 15 out. 2010.